



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

ENTRE

FREGUESIA DE MARVILA

E

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA –

C.N.O.D

Considerando que:

1. Compete às autarquias locais “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa, ou outra de interesse para a Freguesia”, de acordo com a alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do Anexo I à citada Lei 75/2013;
2. As freguesias devem promover e executar projetos dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da cultura, tempos livres e desporto, como previsto na alínea d) do n.º 1 e 2 do artigo 7.º do referido diploma;
3. A Freguesia de Marvila contém uma diversidade de associações que envolvem um elevado número de pessoas que ajudam a comunidade Marvilense em situações mais carenciadas;
4. O respeito e o desenvolvimento de associações que possam ir ao encontro das dificuldades sócio económicas, é sem dúvida uma prioridade para a autarquia e uma forma de fomentar o respeito pela comunidade;
5. A C.N.O.D tem como fim orientar a sua ação associativa pelos princípios de liberdade confessional ou política e da unidade de movimento das pessoas com deficiência como condições necessárias à plena integração social das pessoas com deficiência;
6. Coordena e dinamiza atividades das associações de pessoas com deficiência; defende, pelos mais variados meios ao seu alcance, os interesses coletivos das pessoas com deficiência; promove, organiza e apoia ações conducentes à satisfação das justas pretensões das pessoas com deficiência;
7. Tem como objetivos realizar o 28º encontro nacional de pessoas com deficiência. Pretende realizar debates em torno da problemática da deficiência, assim como criar um boletim informativo, com artigos sobre as várias áreas de deficiência.

Nesta senda, e por forma a dar cumprimento a esta importante atribuição, celebra-se o presente protocolo.

Entre:

A Freguesia de Marvila, pessoa coletiva número 507 330 609, com sede na Av. Paulo VI, n.º 60, 1950-231 Lisboa, neste ato representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, José António Videira, doravante Primeira Outorgante,

E



Freguesia de Marvila

A Confederação Nacional de Organizações de Pessoas com Deficiência, pessoa coletiva n.º 501 436 677, com sede na Av. João Paulo II Lote 528 1º A, 1950-430, Lisboa, neste ato representada pelo seu Presidente José Cabaços dos Reis e o seu tesoureiro António Augusto Pereira, de acordo com os respetivos estatutos, adiante Segunda Outorgante,

É celebrado o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do Protocolo

O presente Protocolo tem como objeto a atribuição de apoio financeiro pela Freguesia de Marvila à Confederação Nacional de Organizações de Pessoas com Deficiência para financiamento das atividades a desenvolver pela segunda outorgante de acordo com o Plano de Atividades para 2023.

Cláusula 2.ª

Apoio Financeiro

1. A Freguesia de Marvila colabora com a Confederação Nacional de Apoio a Deficientes mediante a atribuição de um apoio financeiro, para o fim indicado na cláusula anterior, no montante de 8.000,00 € (oito mil euros), sendo que os custos que ultrapassem esse valor serão suportados pela Segunda Outorgante.
2. O apoio a que se refere o número anterior será pago em duas tranches semestrais de 4.000,00 € (quatro mil euros), por transferência bancária, mediante a apresentação de fatura/recibo, nos seguintes termos:
 - a) A primeira tranche, nos 30 dias subsequentes à outorga do presente protocolo, desde que reunidas as condições previstas na cláusula seguinte;
 - b) A segunda tranche, no início do segundo semestre.

Cláusula 3.ª

Obrigações da Segunda Outorgante

Da celebração do presente Protocolo resultam para a Segunda Outorgante as seguintes obrigações principais:

- a) Aplicar e administrar corretamente o presente apoio financeiro tendo em conta o fim a que se destina, atendendo, na sua atuação, aos critérios da economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído Freguesia de Marvila;
- b) Elaborar relatório semestral dos eventos desenvolvidos e apoiados pela Primeira Outorgante ao abrigo deste Protocolo, nos quais conste uma descrição sumária das atividades levadas a cabo e o balanço geral das mesmas;
- c) Dever de colaboração com a Junta de Freguesia de Marvila, prestando todas as informações e entregando os documentos que lhe sejam solicitados para a celebração e execução deste Protocolo;
- d) Publicitar as atividades e eventos a desenvolver fazendo referência ao apoio da Freguesia de Marvila para a realização do evento em causa;
- e) Comunicar à Junta de Freguesia qualquer alteração que tenha lugar ao nível dos corpos dirigentes da associação bem como as eventuais alterações ao plano de atividades apresentado;
- f) Comunicar atempadamente à Junta de Freguesia a data de realização de cada evento;
- g) Entregar Relatório de atividades e prestação de contas de 2022 aprovado pelo órgão competente.



Cláusula 4.ª

Incumprimento e formas de extinção do protocolo

1. As partes podem fazer cessar este Protocolo por meio de revogação ou resolução nos termos dos números seguintes.
2. A revogação por acordo entre as partes pode ter lugar a todo o tempo e tem de ser reduzida a escrito, produzindo efeitos a partir da assinatura do acordo de revogação.
3. O direito de resolução pode ser exercido mediante declaração escrita enviada à contraparte, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data em que se conclui o semestre já apoiado, nos termos da cláusula 2.ª.
4. O incumprimento pela Segunda Outorgante das obrigações resultantes do presente Protocolo constitui motivo para a resolução unilateral do mesmo por parte da Junta de Freguesia de Marvila e implica a devolução dos montantes recebidos.
5. O incumprimento do presente Protocolo constitui impedimento para a apresentação de novo pedido de apoio por parte da Segunda Outorgante, durante o mesmo mandato autárquico.
6. A não prestação de contas, ou a sua prestação de forma incompleta ou irregular, pode determinar a devolução dos montantes recebidos indevidamente justificados.

Cláusula 5.ª

Alterações ao protocolo

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 7.ª, o presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes.
2. As alterações que, por acordo, venham a ter lugar nos termos do número anterior contarão sempre se aditamentos ao presente protocolo.

Cláusula 6.ª

Composição de litígios

1. A tudo o que não esteja previsto no presente Protocolo aplicam-se os termos acordados entre as partes.
2. Na impossibilidade de conciliação de posições entre as partes, é competente para conhecer dos litígios emergentes da interpretação e execução do presente protocolo o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Cláusula 7.ª

Vigência do protocolo

O presente Protocolo vigora desde a sua assinatura até 31 de dezembro do ano em que terminar o mandato dos atuais órgãos da Freguesia, podendo ser revisto o valor anual previsto na cláusula 2.ª, consoante o plano de atividades apresentado pela Segunda Outorgante, por deliberação da Junta de Freguesia e comunicação à Assembleia de Freguesia.

Outorgado em Marvila, Lisboa, em 27 de fevereiro de 2023, em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos outorgantes.



Freguesia de Marvila

Pela Primeira Outorgante,

(José António Videira)

Pela Segunda Outorgante,

(José Cabaços dos Reis)

(António Augusto Pereira)